

PETER FRY

# Ciência social e política “racial” no Brasil

**PETER FRY** é professor titular de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

**“Assim, se é verdade, como diz Myrdal, que no dia em que os sindicatos trabalhistas nos Estados Unidos, em nome da solidariedade de classes, liquidarem em suas fileiras a linha de cor, isto produzirá um estrondo que será ouvido no mundo inteiro e determinará rumos surpreendentes à civilização norte-americana, também aqui se pode dizer, em face da opinião corrente no mundo a respeito da situação racial brasileira, que estrondo não menor se produziria no Brasil se algum dia as grandes *massas de cor* deste País dessem ouvidos aos chamamentos dessa ideologia de raça e enveredassem pelos caminhos sem saída que ela lhes aponta” (Pinto, 1998 [1953]).**

**H**á um largo consenso de que a política “racial” do Estado brasileiro tem mudado radicalmente nos últimos dez anos. De uma política de *laisser-faire* mantida durante o primeiro século seguindo a promulgação da República, sustentada no princípio da igualdade de todos perante o Estado, e a criminalização do racismo, surgem políticas de ação afirmativa, em tese desde 1995 e na prática desde 2001: contratações preferenciais em alguns ministérios, cotas “raciais” em algumas universidades e, mais recentemente, o esboço de políticas de saúde específicas para a “população negra”. Neste ensaio examino a relação entre a sociologia quantitativa sobre as relações raciais no Brasil e esta mudança. Em particular quero traçar o processo através do qual a interpretação das desigualdades raciais de Carlos Alfredo Hasenbalg, no seu livro *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (Hasenbalg, 1979), tornou-se hegemônica tanto para o Movimento Negro como para o governo brasileiro. Neste breve ensaio pretendo avaliar o significado dos argumentos e da metodologia desse livro na época da sua publicação em 1979, quando teve pouco impacto além do incipiente Movimento Negro e entre os intelectuais a ele ligados, e hoje, 26 anos mais tarde.

*Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* sai num momento de inflexão política no país. A ditadura começa a definhar, as organizações das minorias multiplicam-se, entre as quais o Movimento Negro Unificado, que é fundado em 1978. É um momento de alianças entre as



organizações de mulheres, negros, homossexuais e intelectuais a elas ligados. O jornal *Lampião da Esquina* foi uma tentativa nesse sentido. Concomitantemente (e relacionadamente) é um momento de inflexão nas ciências sociais. A hegemonia de um marxismo bastante vulgar sofre sérios abalos com uma crescente atenção à cultura e à percepção da relativa autonomia de outras identidades e pertencimentos em relação às determinações de classe (Durham, 2004).

Os marxistas imaginaram que todos os males sociais, inclusive a discriminação racial, definhassem com o fim do capitalismo; entenderam que a discriminação racial, sendo um reflexo do capitalismo e das contradições de classe, não sobreviveria à socialização dos meios de produção. Há uma semelhança entre essa posição e a de Florestan Fernandes, que, na sua obra monumental sobre as relações raciais no país, argumentou que os preconceitos, discriminações e desigualdades raciais eram resquícios da escravidão e que desapareceriam perante a racionalidade inerente à industrialização (Fernandes, 1978).

Hasenbalg se posicionou contra todos aqueles que entenderam que as desigualdades raciais fossem apenas *proxy* para as desigualdades de classe. Com cuidado, mostrou que a mobilidade social dos negros é prejudicada independentemente da sua origem de classe.

“Quando são considerados os mecanismos sociais que obstruem a mobilidade ascendente das pessoas de cor, às práticas discriminatórias dos brancos – sejam elas abertas ou polidamente sutis – devem ser acrescentados os feitos de bloqueio resultantes da internalização, pela maioria dos não-brancos, de uma auto-imagem desfavorável. A forma complexa como esses dois mecanismos funcionam e se reforçam mutuamente leva, normalmente, negros e mulatos a regularem suas aspirações de acordo com o que é culturalmente imposto e definido como o ‘lugar apropriado’ para as pessoas de cor” (Hasenbalg, 1979, p. 199).

Se o racismo independia das relações de classe, não definharia com o fim do capitalismo. A persistência das desigualdades só poderia ser compreendida como resultado da persistência da discriminação racial.

O livro de Hasenbalg atingiu com toda a força os ativistas negros da época, provendo evidências estatísticas que confirmaram o que os ativistas sempre souberam: que há racismo e que esse racismo prejudica em todos os campos.

Além disso, o livro de Hasenbalg foi talvez o primeiro trabalho a apontar a “democracia racial” não apenas como algo que mascara a dura realidade da discriminação e desigualdades raciais, mas como causa principal dessas desigualdades raciais e também das dificuldades de mobilização enfrentadas pelos movimentos negros. Hasenbalg argumentou que a “democracia racial” era um perigoso “mito”, por ocultar o racismo e por impedir a solidariedade entre os “negros”. Florestan Fernandes, ele observa, embora criticasse a sociologia de Gilberto Freyre e demonstrasse o abismo entre a “democracia racial” e a realidade da discriminação e desigualdade, não descartou a democracia racial como meta. “Parece provável”, disse Florestan, “que as tendências dominantes [industrialização] levarão ao estabelecimento de uma autêntica democracia racial” (Fernandes, 1969, p. 24, apud Hasenbalg, 1979, p. 75). Hasenbalg, por sua vez, vê na democracia racial tanto a razão das desigualdades raciais como a

impossibilidade da sua superação. “Se o ideal do branqueamento transformou-se na sanção ideológica do contínuo de cor desenvolvido durante a escravidão, o mito da ‘democracia racial’ brasileira é indubitavelmente o símbolo integrador mais poderoso criado para desmobilizar os negros e legitimar as desigualdades raciais vigentes desde o fim do escravismo” (Hasenbalg, 1979, p. 241).

Um corolário da democracia racial, a “miscigenação”, é o que Hasenbalg reconheceu como um contínuo de cores na população brasileira. “[...] uma vez que os pólos branco-negro não definem uma dicotomia, mas apenas fixam os extremos de um contínuo de diferenças mínimas de cor, a abertura da estrutura social para a mobilidade social ascendente é inversamente relacionada à negritude da pigmentação da pele” (Hasenbalg, 1979, p. 197). O “contínuo de cores” seria, então, também um empecilho à formação de uma consciência negra, impedindo que as pessoas acostumadas a se verem como morenos, mulatos, sararás, etc. resistissem a aderir a uma única identidade negra. O livro *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* explicou as desigualdades raciais em termos do racismo, demonizou a democracia racial e, de quebra, interpretou o pequeno tamanho e repercussão do movimento como fatalidades estruturais decorrentes do mito de democracia racial. O movimento, então, tinha razão, e a sua pouca expressão e repercussão eram prova disso.

Mas Hasenbalg, seguindo uma tradição inaugurada por Costa Pinto em 1953 e continuada pelos sociólogos da USP (Ianni, 1962; Bastide & Fernandes, 1971; Cardoso, 1977; Fernandes, 1978), efetuou estatisticamente o que o Movimento Negro não tinha conseguido fazer politicamente: transformou o “contínuo de cor” numa taxonomia de duas categorias: “brancos” e “não-brancos”. Nos primeiros capítulos de *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* os dados censitários são apresentados de acordo com três categorias utilizadas pelo IBGE – “pretos”, “pardos” e “brancos”. Mas nos capítulos mais importantes do livro, os que

analisam a mobilidade social e política, Hasenbalg junta os pardos e pretos numa única categoria que chama de “não-brancos”. Se na vida cotidiana é difícil descrever uma linha que divide uns dos outros, a frieza e a abstração dos dados censitários permitem essa façanha. Num artigo publicado inicialmente em inglês em 1985, Hasenbalg justifica esse procedimento argumentando da seguinte maneira:

“[...] designa-se como não-brancos a soma do que os censos e a PNAD categorizam como pretos e pardos, excluindo-se a categoria ‘amarelos’. Em todas as dimensões analisadas, os pardos ocupam uma posição intermediária entre brancos e pretos, se bem que essa posição esteja sempre mais próxima do grupo preto” (Hasenbalg, 1988 [1985]).

Através desse passe de mágica metodológico, o contínuo virou uma dicotomia. Mas quantas vezes a frieza racional da “metodologia” mascara pressupostos nada metodológicos? Afinal, dividir a população brasileira entre brancos e não-brancos sempre foi o ponto de partida ideológico e de chegada sonhada dos ativistas negros<sup>1</sup>.

Em retrospecto, diria que *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, além de inaugurar um novo paradigma nas ciências sociais<sup>2</sup>, constituiu-se também



1 Nesse ponto é bom lembrar que Florestan Fernandes empregou os termos “brancos” e “negros” justamente porque foram os termos preferidos pelos seus interlocutores ativistas negros (Maggie, 1991). Fabiano Dias Monteiro argumenta convincentemente que a luta contra o mito da democracia racial era absolutamente fundamental para a produção da bipolaridade, o que ele chama de “cisão racial brasileira” (Monteiro, 2004).

2 Quem argumentou esse ponto, mostrando as significativas diferenças em relação ao paradigma anterior de Florestan Fernandes, foi Roberto Motta (2000).

como uma espécie de narrativa ideológica para o Movimento Negro e seus simpatizantes da mesma forma que *Casa-grande & Senzala* fora para os modernistas e seus simpatizantes. No final do livro, explicita essa posição:

“Se os processos de competição social calcados no mecanismo de mercado envolvidos no processo de mobilidade social individual operam em detrimento do grupo racialmente subordinado, então o enfoque da análise deve se orientar para as formas de mobilização política dos não-brancos e para o conflito inter-racial. O efeito da raça sobre a estrutura de classes e a evolução das desigualdades raciais dependerão da emergência de movimentos raciais e das formas assumidas por estes, bem como da forma como os movimentos raciais se ligam a outras lutas e movimentos sociais” (Hasenbalg, 1979).

Apesar da contundência da sua análise e da importância dos seus achados para a sociologia, a antropologia e os ativistas negros, o livro teve um impacto relativamente restrito, tão restrito quanto a marginalidade dos estudos “raciais” e o pequeno tamanho e impacto do Movimento Negro em geral naquela época. Após as grandes pesquisas sobre relações raciais na Universidade de São Paulo sob a orientação de Roger Bastide e Florestan Fernandes ao longo das décadas de 1950 e 1960, a produção acadêmica tinha entrado em declínio, até aproximadamente 1985, quando começou a se expandir de novo<sup>3</sup>. Todo ano organizavam-se grupos de trabalho na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), mas a frequência era de um pequeno grupo composto basicamente de antropólogos cuja ênfase caía quase sempre em aspectos culturais. Os movimentos negros, por sua vez, continuaram tendo dificuldades de inspirar um número significativo de militantes (Hanchard, 1994; 2001). E o Estado permanecia insistindo em projetar o Brasil como uma “democracia racial”.

Mesmo assim, os sociólogos (Hasenbalg & Silva, 1988) deram continuidade ao rumo analítico estabelecido em *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Em parceria com Nelson do Valle Silva, o próprio Hasenbalg avançou na análise quantitativa das desigualdades raciais, fazendo uso dos novos dados do IBGE e desenvolvendo métodos analíticos cada vez mais sofisticados. Outros autores, alguns deles de fora do Brasil, estenderam a análise quantitativa para as áreas de saúde, morbidade e justiça, mostrando que as desigualdades raciais permeiam todas as áreas da vida social brasileira<sup>4</sup>. Todos esses trabalhos vieram no sentido sempre de reforçar os argumentos e hipóteses de *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. O “mito da democracia racial” e o racismo “sutil” brasileiro eram apontados como os fatores que impedem a solidariedade entre os não-brancos e que explicam a continuada desigualdade entre os “negros” e “brancos”. Mesmo assim, o Movimento Negro permaneceu pequeno, o interesse acadêmico, esporádico, e o governo, alheio.

O primeiro sinal de mudança veio com o governo de Fernando Henrique Cardoso. No Dia da Independência, em 1995, o presidente pronunciou:

“Nós temos que afirmar, com muito orgulho mesmo, a nossa condição de uma sociedade plurirracial e que tem muita satisfação de poder desfrutar desse privilégio de termos, entre nós, raças distintas [sic] e de termos, também, tradições culturais distintas. Essa diversidade, que faz, no mundo de hoje, a riqueza de um país.”

Em seguida publicou seu Programa de Direito Humanos, que veio com um longo capítulo dedicado à “população negra”. Entre outras coisas, o programa propôs “as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva”, desenvolvendo “ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta”, e formulando “políticas compensatórias que promovam social e economicamente a co-

3 Para uma análise detalhada dos estudos sobre relações raciais de 1970 a 1995, ver: Schwarcz, 1999.

4 Ver, para uma bibliografia bastante completa: Schwarcz, 1999, pp. 312-22.

comunidade negra”. No dia 20 de novembro de 1995, dia do tricentenário da morte de Zumbi, o presidente Cardoso criou um grupo de trabalho interministerial “para formular atividades e políticas para reconhecer o valor da população negra”. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o governo participou ativamente da preparação para a III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que teve lugar em Durban, na África do Sul, em agosto e setembro de 2001.

Uma importante contribuição para os debates anteriores à Conferência de Durban foi uma análise quantitativa sobre a situação dos negros na sociedade brasileira escrita pelo economista Ricardo Henriques para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Henriques, 2001). Mostrando a maior pobreza da “população negra” o artigo aponta a desvantagem da “comunidade negra” nos campos da educação, do trabalho, da habitação e do consumo. O termo “comunidade negra” efetua mais um passe de mágica, transformando um agregado de indivíduos que se declaram ou pretos ou pardos perante o IBGE, o que Hasenbalg denominou “grupo de cor”, em algo que invoca uma entidade socialmente organizada. “Raça” se transformou em “grupo étnico”<sup>5</sup>.

Esse artigo, ao contrário de *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, teve um impacto imediato. Há várias razões para isso: o momento político era outro. Os ativistas negros, agora em maior número, estruturados em organizações não-governamentais, logo adotaram o artigo como evidência contundente para a implementação de ações afirmativas, e a imprensa em geral deu um destaque raro para trabalhos de sociologia quantitativa na mira da Conferência de Durban, que chamou muita atenção. Mas há um outro aspecto que não pode ser ignorado. O artigo de Henriques, lançando mão das novas tecnologias de apresentação de dados, organizou os resultados em gráficos de barras azuis e vermelhas, com o efeito dramático de apresentar um Brasil definitivamente dividido em duas raças,

efetuando o que José Murilo de Carvalho denominou recentemente de um “genocídio racial estatístico” (Carvalho, 2004). Os gráficos também refletem a simplicidade de uma análise que não se preocupa em distinguir entre os efeitos da “raça” (conceito esse utilizado ao longo do documento sem discussão e sem aspas) e os efeitos de outras variáveis, como classe, por exemplo, sobre as condições de vida ou morte da população de qualquer cor.

O artigo de Ricardo Henriques, produzido por um órgão oficial do Estado brasileiro, inaugurou uma nova fase no tabuleiro dos debates e embates sobre a “questão racial” no Brasil, na qual o governo resolveu abandonar a sua política anterior de *laissez-faire* para políticas de ação afirmativa. Para tanto, tornou-se necessário imaginar um Brasil bifurcado entre quem teria acesso a essas políticas e quem não teria; entre “negros”, por um lado, e “brancos”, por outro. A política não é feita de sutilezas. Parece que a decisão de ver “raça” antes de classe tinha sido tomada. O caminho estava aberto para levantamentos estatísticos baseados apenas na categoria “raça” e para a implementação de ações afirmativas “raciais”.

Vários autores têm comentado a introdução de políticas de ação afirmativa, principalmente no sistema educacional (Guimarães, 1996; Grin, 2001; Guimarães, 2002; Maggie & Fry, 2002; Htun, 2004; Santos, 2004; Santos & Maio, 2004; Fry, 2005; Maio & Santos, 2005; Schwarcz & Maio, 2005). Todos, críticos e entusiastas, concordam num ponto: que as cotas “raciais” obrigam candidatos às vagas “raciais” a se identificar ou como negros ou como brancos, assim consolidando um Brasil imaginado como uma sociedade de duas “raças”. A disputa está no prognóstico para o futuro. Uns alertam para a possibilidade de uma racialização crescente (Maggie, 2005), enquanto outros acreditam que esse exercício terá pouca consequência para a sociedade cuja tradição de hibridismo dificilmente será abalada.

O debate sobre políticas de saúde é ainda incipiente, mas alguns autores têm mostrado que a suposta relação entre certas

5 Lívio Sansone (2003) argumenta que no Brasil há raça sem etnicidade.

doenças e o corpo negro produz uma crescente naturalização de diferenças “raciais” (Sansone, 2003; Fry, 2004; Monteiro & Sansone, 2004; Fry, 2005; Maher, 2005; Maio & Monteiro 2005).

O exemplo mais recente dessa tendência é a política nacional de Aids. O Ministério da Saúde anuncia que a doença se espalha cada vez mais entre os pobres. Assim, pela lógica, espalha-se também entre os negros *pobres*, aumentando a proporção de “pretos” e “pardos” entre os soropositivos. No Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde de 2004, a tabela que mostra o pequeno aumento entre “pretos” e “pardos” é apresentada sem nenhum cruzamento com os dados sobre classe ou *status* social. Através do sofisma que resulta da fusão entre “raça” e classe, o governo brasileiro declara o aumento entre “os negros”, e não entre “os negros e brancos pobres”, projetando políticas específicas anti-Aids dirigidas à “população negra”<sup>6</sup>. E tudo isso sem oferecer um argumento sequer que pudesse explicar por que um vírus escolheria brasileiros por terem se declarado pretos ou pardos perante o IBGE. Até prova em contrário, esses brasileiros compartilham dos valores, representações e práticas sexuais da sua classe<sup>7</sup>. É significativo que o Programa Nacional de Aids dedique o próximo ano à “população negra”<sup>8</sup>. Poderia ter sido às populações pobres, não?

Há uma terrível ironia nessa história. Em artigo recente, dois cientistas políticos compararam a política anti-Aids do Brasil e da África do Sul (Gauri & Lieberman, 2004). O relativo sucesso do programa brasileiro é atribuído à maior descentralização de poder na federação brasileira, e, mais importante, ao fato de o governo brasileiro ter entendido desde o início que a Aids era uma ameaça *nacional*, desenvolvendo políticas focadas crescentemente mais nas *práticas* sexuais que nas identidades em geral, e nunca, até este ano, nas identidades “raciais”<sup>9</sup>. Na África do Sul, a racialização do debate sobre a doença era tamanha – membros de

cada grupo “racial” acusando o outro pela propagação da doença – que não foi possível desenvolver uma política verdadeiramente *nacional*.

Podemos agora voltar à questão que coloquei no início. Qual é a relação entre a sociologia quantitativa e a política “racial” no Brasil? Espero ter demonstrado que *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* e a produção da sociologia quantitativa subsequente vieram no sentido de fortalecer uma interpretação do Brasil que norteia a perspectiva de grande número de ativistas negros no Brasil. Descrevendo a população em duas categorias “raciais”, os sociólogos deram cientificidade à vontade dos ativistas de incluir todos os “não-brancos” numa única identidade negra. Explicando a fraca “consciência racial” em termos do “mito de democracia racial”, os sociólogos deram ainda mais peso à ideologia dos ativistas que entenderam que a democracia racial era responsável pelas desigualdades raciais, por disfarçar o racismo e por dificultar o alargamento do seu próprio movimento.

O recente empobrecimento da análise estatística, que acompanha uma verdadeira sanha de ver regularidades “raciais” mesmo onde não existem, representa um novo momento na relação entre a análise quantitativa e a política racial no país<sup>10</sup>. Também marca uma inflexão política de relativo abandono do combate ao racismo em si, para uma ênfase nas ações afirmativas. Deixando de lado os cuidados anteriores de identificar o peso relativo de classe e “raça” na distribuição dos prêmios e sofrimentos dos brasileiros, tornou-se fácil produzir correlações duvidosas (se não espúrias) entre “raça” e certos sofrimentos, mesmo quando tudo indica que sejam resultantes de desigualdades de classe. O combate governamental ao racismo no Brasil parece ter colocado o anti-racismo em segundo plano para investir em políticas de ação afirmativa que afirmam, mais do que tudo, identidades “raciais” e “étnicas”.

6 Para uma discussão sobre essa questão ver: Fry, 2004, e Magnoli, 2005.

7 Ralph Mesquita (2002) oferece o exemplo de um jovem negro soropositivo que pensa poder ter corrido mais risco por exercer a sua sexualidade como compensação por um sentimento de baixo *status* num certo ponto da sua vida. Ângela Figueiredo me chamou a atenção para as representações sobre a sexualidade dos negros, que como que “exige” entre os homens uma atividade sexual maior, mas, mesmo assim, nada disso inibe necessariamente o “sexo seguro”.

8 “A campanha do Dia de Luta Contra a Aids, em 1ª de dezembro, terá como tema este ano a população negra. Embora as estatísticas ainda sejam poucas, especialistas identificam uma tendência de aumento da doença nesse grupo, principalmente no sexo feminino” (*Jornal do Commercio*, Recife, 2/10/2005).

9 “Despite racial differences in Brazil, and an increasingly open discussion about general socio-economic differences along skin color lines in recent years particularly as researchers demonstrate the association between race and economic opportunity/position in that society, strong historical legacies continue to prevent race from becoming a ‘politicizable’ dimension of the political conflict over policy” (Gauri & Lieberman, 2004, p. 30).

10 No recente censo escolar, coletaram-se dados a respeito da “raça/cor” dos alunos, mas não sobre a sua situação socioeconômica (Schwarcz & Maio, 2005).

## BIBLIOGRAFIA

- BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo, Anhembi, 1971.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, J. M. "Genocídio Racial Estatístico", in *O Globo*. Rio de Janeiro, 2004.
- DURHAM, E. *A Dinâmica da Cultura*. São Paulo, Cosac&Naify, 2004.
- FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Ática, 1978.
- FRY, P. "Que Aumento É Esse?", in *O Globo*. Rio de Janeiro, 2004.
- \_\_\_\_\_. "O Significado da Anemia Falciforme no Contexto da 'Política Racial' do Governo Brasileiro – 1995-2004", in *Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos* 12(2), 2005a, pp. 347-70.
- \_\_\_\_\_. *A Persistência da Raça: Ensaios Antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005b.
- GAURI, V. & LIEBERMAN, E. S. "Aids and the State", 2004 (<http://media-cyber.law.harvard.edu/blogs/gems/politicshiv/liebermanpaper.pdf>).
- GRIN, M. *O Desafio Multiculturalista no Brasil: a Economia Política das Percepções Raciais*. Rio de Janeiro, Luperj, 2001.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Políticas Públicas para a Ascensão dos Negros no Brasil: Argumentando pela Ação Afirmativa*. XX Encontro Anual da Anpocs, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- HANCHARD, M. G. *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. Princeton, Princeton University Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Orfeu e Poder – Movimento Negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro, Ed. Uerj, 2001.
- HASENBALG, C. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. "Raça e Mobilidade Social", in C. Hasenbalg & N. D. V. Silva. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Rio de Janeiro, Luperj/Vértice, 1988 (1985), pp. 164-82.
- HASENBALG, C. & SILVA, N. de V. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Rio de Janeiro, Vértice/Luperj, 1988.
- HASENBALG, C. & SILVA, N. de V. (eds.). *Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.
- HENRIQUES, R. *Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.
- HTUN, M. "From Racial Democracy to Affirmative Action: Changing State Policy on Race in Brazil", in *Latin American Research Review* 39(1), 2004, pp. 60-89.
- IANNI, O. *As Metamorfoses do Escravo: Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- MAGGIE, Y. *A Ilusão do Concreto: Análise do Sistema de Classificação Racial no Brasil*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.
- \_\_\_\_\_. "Mário de Andrade Ainda Vive? O Ideário Modernista em Questão", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 20(58), 2005, pp. 5-25.
- MAGGIE, Y. & Fry P. "O Debate que Não Houve: a Reserva de Vagas para Negros nas Universidades Brasileiras", in *Enfoques – Revista Eletrônica dos Alunos do IFCS/UFRJ* 1(1), 2002, pp. 108-17 ([www.enfoques.ifcs.ufrj.br/](http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/)).
- MAGNOLI, D. "À Sombra de Paul Broca", in *Folha de S. Paulo*, 2005.
- MAHER, C. M. *Nem Tudo É Star For: o Movimento de Mulheres Negras e as Articulações entre "Saúde" e "Raça"*. Campinas, Unicamp, 2005.
- MAIO, M. C. & MONTEIRO, S. "Tempos de Racialização: o Caso da 'Saúde da População Negra' no Brasil", in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 12(2), 2005, pp. 419-46.
- MAIO, M. C. & SANTOS, R. V. "Política de Cotas Raciais, os 'Olhos da Sociedade' e os Usos da Antropologia: o Caso da UnB", in *Horizontes Antropológicos*, 23, 2005.
- MESQUITA, R. *Viver e Morrer em Tempos de Aids: Vida, Morte e Sexualidade em Candomblés do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.
- MONTEIRO, S. & Sansone, L. (eds.). *Etnicidade na América Latina: um Debate sobre Raça, Saúde e Direitos Reprodutivos*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2004.
- MOTTA, R. "Paradigms in the Study of Race Relations in Brazil", in *International Sociology*, 15(4), 2000, pp. 665-82.
- PINTO, L. de A. C. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998 (1953).
- SANSONE, L. *Blackness Without Ethnicity: Constructing Race in Brazil*. New York, Palgrave MacMillan, 2003.
- SANTOS, R. V. "Uma Grande Fraude", in *O Globo*. Rio de Janeiro, 2004.
- SANTOS, R. V. & MAIO, M. C. "Cotas e Racismo no Brasil", in *JB Online*. Rio de Janeiro, 2004.
- SCHWARCZ, L. M. "Questão Racial e Etnicidade", in S. Miceli. *O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Brasília, Sumaré/Anpocs/Capes, 1999, pp. 267-325.
- SCHWARCZ, L. M. & MAIO, M. C. "A Pedagogia Racial do MEC", in *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 2005.